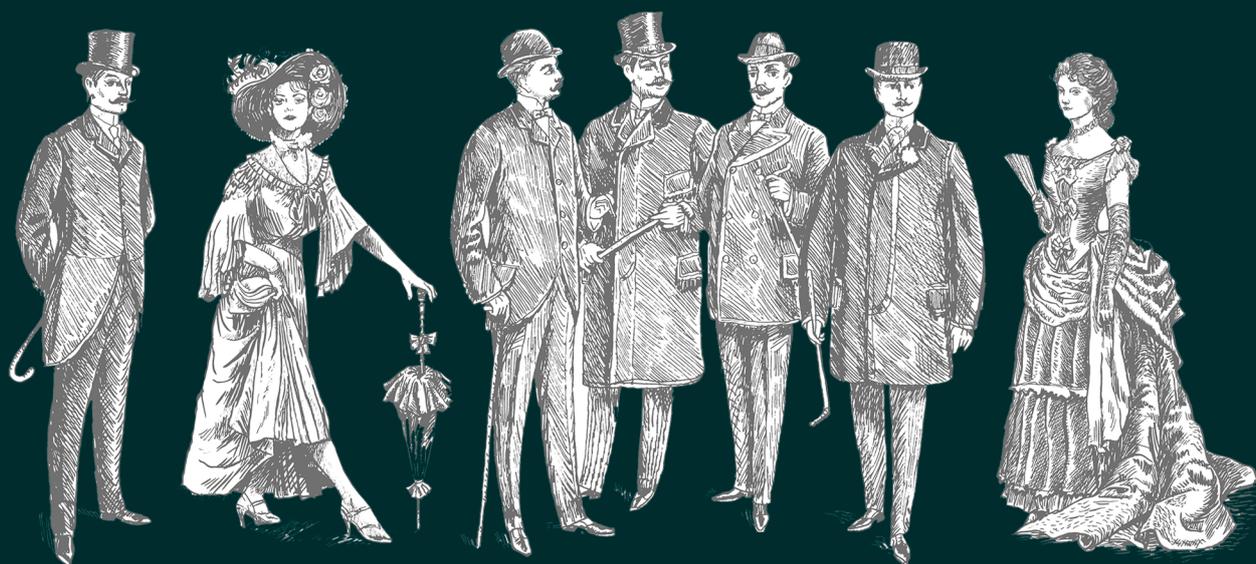


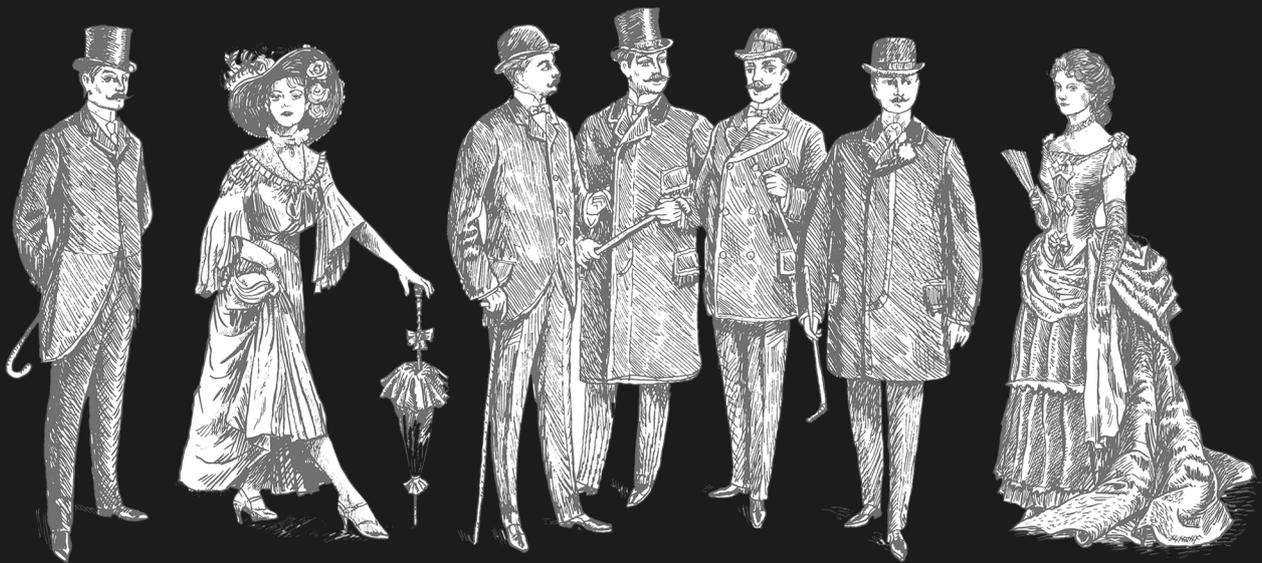
# *Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História*

Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)



# *Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História*

Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Sentidos e sujeitos:  
elementos que dão consistência à  
história**

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S478 Sentidos e sujeitos [recurso eletrônico] : elementos que dão consistência à história / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-323-1  
DOI 10.22533/at.ed.231201808

1. Aprendizagem. 2. Conhecimento. 3. Prática de ensino  
I.Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.  
CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O modo com que nos relacionamos com o conhecimento impacta diretamente o processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos o processo de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade de um aprofundamento no entendimento do funcionamento destes espaços de difusão da informação e na maneira como os sujeitos e os sentidos do real são constituídos. O pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos. Da mesma forma em que os saberes e a ciência se expressam por meio de linguagens, mas não se reduzem a elas. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e reconhecimento dos sujeitos como elementos formadores desse sentido (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência do real) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que o conhecimento histórico, se estabelece, se compõe e constrói significados.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	
Maria Lidiane Santos Silva Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A QUESTÃO RACIAL À LUZ DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS REBATIMENTOS APÓS GOLPE DE ESTADO DE 2016	
Cristiane Medeiros dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA	
Isana Ferreira Fernandes dos Santos Delvania dos Santos Freitas Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)	
Alan Dutra de Melo Ronaldo Bernardino Colvero	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)	
Max Rodolfo Roque da Silva André Gustavo Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>74</b>
FONTES ORAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA PESQUISA COM BENZEDEIRAS E CURANDEIRAS EM CHAPECÓ/SC	
Alex Junior Rapczynski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS	
Diego Dias Salgado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
O DECRETO Nº 500/1955 NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS AGRÁRIOS E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS EM GOIÁS (1955-1958)	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018088</b>	

<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>103</b>
O PROBLEMA DA MEDIÇÃO NA MECÂNICA QUÂNTICA: ANÁLISE LÓGICA DE ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	
Moisés Romanazzi Tôrres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2312018089</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>119</b>
O RURAL, O URBANO, E A QUESTÃO DOS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL, A PARTIR DE APROPRIAÇÕES MUDIÁTICAS	
Roberta Brandalise	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23120180810</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>130</b>
O SUJEITO DO DISCURSO IMOBILIARIO NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO: ONTEM E HOJE	
Luciane Lucyk	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23120180811</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>142</b>
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS DILEMAS PARA O CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003	
Pedro Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23120180812</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>157</b>
<i>SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!</i> : REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST	
Flávia Pereira Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23120180813</b>	
<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>171</b>
TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL	
Fernanda Viana Falkoski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23120180814</b>	
<b>CAPÍTULO 15 .....</b>	<b>183</b>
VAI NA BRASILEIRARAGEM: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL EM UM ANÚNCIO DA NIKE DA COPA DO MUNDO DE 2018	
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23120180815</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>196</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>197</b>

## *SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!:* REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST

Data de aceite: 10/08/2020

Data de submissão: 28/04/2020

**Flávia Pereira Machado**

IFG/Campus Goiânia

Goiânia – Goiás

<https://www.cnpq.br/cvlattesweb/>

PKG\_MENU.menu?f\_

cod=81AD7F1B9E89E38DAAA709637F3E291D#

**RESUMO:** O MST surgiu em meados dos anos 1980, constituindo uma identidade de caráter classista em torno da luta pela terra e pela transformação social, o que eliminaria as discussões em torno de questões identitárias específicas. Apesar do enfrentamento de relações de gênero assimétricas e de um processo de assujeitamento no cotidiano das novas comunidades e do próprio movimento, as mulheres sem terra são protagonistas de papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas deste (ESMERALDO, 2007). Estes agenciamentos implicam na constituição de coletivos, como o Coletivo Nacional de Gênero, que passam a atuar não apenas nas reivindicações e demandas específicas das mulheres, mas também em um processo de formação política. Deste modo, proponho na presente comunicação refletir sobre o processo de formação política e os processos educativos

das mulheres sem terra no cerne do MST. Para tanto, analisaremos as cartilhas de formação, os boletins e outros materiais educativos do movimento direcionados às mulheres, no sentido de evidenciarmos como se inserem as questões de gênero e das mulheres na formação/ educação do movimento. Assim, parto do pressuposto que existem diferentes espaços educativos, para além do ambiente escolar, compreendendo o movimento social como um espaço de educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, educação, formação política, mulheres sem terra, MST.

*WE ARE WOMEN, WE ARE PEOPLE, WE ARE HISTORY, WE ARE RESISTANCE!:*

REFLECTIONS ON THE POLITICAL TRAINING AND EDUCATIONAL PROCESSES OF WOMEN WITHOUT LAND IN THE MST

**ABSTRACT:** The MST emerged in the mid-1980s, constituting a class-based identity around the struggle for land and social transformation, which would eliminate discussions about specific identity issues. Despite facing asymmetric gender relations and a process of subjugation in the daily lives of new communities and the movement itself, landless women are

protagonists of strategic roles for strengthening the struggles of this (ESMERALDO, 2007). These agencies imply the constitution of collectives, such as the National Gender Collective, which start to act not only in the specific demands and demands of women, but also in a process of political formation. That way, I propose in this communication to reflect on the process of political formation and the educational processes of landless women at the heart of the MST. To this end, we will analyze the training booklets, newsletters and other educational materials of the movement aimed at women, in order to highlight how gender and women issues are inserted in the formation / education of the movement. Thus, I start from the assumption that there are different educational spaces, in addition to the school environment, comprising the social movement as an educational space.

**KEYWORDS:** Gender, education, political formation, landless women, MST.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em meio às transformações em curso no campo brasileiro provocadas pelo processo de modernização a partir da década de 1960 e os conflitos no campo decorrentes destas<sup>1</sup>, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>2</sup>. O MST é oriundo da junção das lutas pela terra na região Centro-Sul do país, agregando lavradores, colonos e pequenos sítiantes expropriados da terra apoiados por representantes de setores da Igreja Católica e do sindicalismo rural (PESSOA, 1999). Fundou-se a partir dos objetivos de “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e nem exploradores” (CALDART, 2001, p. 11), estabelecidos no I Congresso Nacional em 1985. O MST se auto identifica como um movimento camponês e territorial que atua em todo o Brasil e em articulação com movimentos internacionais como a Via Campesina (FERNANDES, 2008).

Enquanto movimento social e popular, Dulcinéia Pavan (2000) afirma que a especificidade do MST está no envolvimento de toda a família nas diversas fases do processo de luta e permanência na terra, e de articulação dentro do movimento. O movimento é constituído, desta forma, por mulheres e homens, adultos, jovens, idosos e crianças, o que remete a uma heterogeneidade de sujeitos e sujeitas na construção de

1 De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (1998) a modernização provocou intensas mudanças no campo, principalmente no que tange ao modelo de produção agropecuária com a intensificação da agricultura capitalista em detrimento à agricultura camponesa. A implantação de inovações tecnológicas impactou em uma maior dependência das indústrias produtoras de insumos e menos dos recursos naturais, consolidando a industrialização agrícola e o crescimento do número de trabalhadores/as assalariados/as. Assim, o campo brasileiro foi transformado em um espaço de conflitos com o agravamento das desigualdades sociais, provocadas pela maior concentração fundiária e o conseqüente aumento das lutas pela terra e pela reforma agrária.

2 O MST é criado oficialmente em 1984 durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra na cidade de Cascavel, Paraná. Surge no contexto da intensificação das ocupações de terra e da emergência de inúmeros movimentos sociais no campo ao final dos anos 1970. Grande parte destas mobilizações são apoiadas pela Igreja Católica, partidos da oposição em vias de legalização e pelo “novo” sindicalismo em ascensão (FERNANDES, 1998). Segundo Fernandes (1998) o MST origina-se a partir das experiências de luta e conscientização promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas vinculadas à Igreja Católica. Ainda como referências históricas para o MST são as ocupações de terra ocorridas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

uma identidade camponesa sem terra. Segundo Roseli Salette Caldart (2001) o MST tem como eixo central e característico a luta pela terra, porém a escolha por trabalhar com famílias inteiras provocaram o desenvolvimento de lutas sociais combinadas a partir de questões relacionadas à produção, educação, saúde, cultura, direitos humanos, entre outras que se ampliam “à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena” (CALDART, 2001, p. 208).

Diante desta composição tão diversa e das lutas combinadas, as questões relacionadas à gênero e educação foram, ao longo da trajetória histórica do MST, tornando-se tanto parte dos objetivos políticos do movimento, quanto objeto de reflexões e de conscientização dos/das sujeitos/as partícipes da militância organizada e dos/das demais membros/as presentes nos acampamentos e assentamentos. Entre estes/as sujeitos/as, delimitamos as mulheres como interlocutoras da pesquisa<sup>3</sup> e em específico, no presente artigo, objetivamos a investigação da relação entre gênero, educação e formação política e educativa das mulheres sem terra por meio das publicações do movimento.

Deste modo, compreendo que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária mediada por diferentes agentes, como o MST, impacta na busca pela transformação da estrutura fundiária no Brasil, bem como das relações sociais marcadas pelas assimetrias, principalmente no que tange as relações de gênero. Neste sentido, a luta se estende para a constituição de novos/as sujeitos/as nas comunidades de resistência orientados a partir de princípios outros que não aqueles vinculados à reprodução das desigualdades, haja vista que a atuação das famílias nos processos de luta, conforme apontado, demarcam uma multiplicidade de demandas, perspectivas e identificações no interior destes movimentos. Portanto, ao evocar as relações entre gênero e educação a partir das experiências e trajetórias das mulheres sem terra no contexto de suas lutas específicas e no conjunto da luta pela terra, evidencia-se no horizonte de expectativas a possibilidade de reescrita da história destas/es sujeitas/os e de suas vivências coletivas e subjetividades na compreensão do movimento social como um princípio educativo (CALDART, 2001).

## **2 | “NOSSA LUTA É NOSSA ESCOLA”: O PROJETO DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO DO MST**

O MST elegeu como objetivos principais em seus primeiros anos a luta pela terra, pela reforma agrária e pelas mudanças sociais no país. Como parte da estruturação política e ideológica, o movimento se afirmou a partir da premissa que “só há conquistas se houver organização, resistência e luta” (MST, 2014). Deste modo, a trajetória histórica

<sup>3</sup> Grande parte das reflexões trazidas para este artigo se inserem na pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), intitulada “Gênero e feminismos em contextos rurais: novas trajetividades e narrativas de mulheres sem terra em Goiás no tempo presente (1990-2018)” sob orientação da professora Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

do movimento é marcada pela constituição de “novos sujeitos” e “novas relações sociais” a partir de um processo de formação e de educação presente em todas as esferas e espaços ocupados pelo MST, compreendendo assim a centralidade da educação.

Durante os primeiros anos de luta, os Sem Terra reunidos sob a bandeira do MST tinham como prioridade a conquista da terra. Mas eles logo compreenderam que isso não era o bastante. Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a comunidade de luta.

A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política econômica e social. Arma de duplo alcance para os Sem Terra, a educação tornou-se prioridade do Movimento. (MST, 2014).

Esta preocupação com a educação é confirmada a partir dos dados apresentados pelo MST<sup>4</sup> que evidenciam que em seus trinta e cinco anos de atuação, foram construídas mais de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos, a garantia de acesso à educação para 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos, a alfabetização de 50 mil adultos, o acesso à cursos técnicos e superiores por parte de 2 mil estudantes, e a realização de mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas em todo o país. Neste sentido, os esforços do movimento se direcionam tanto ao processo de escolarização e formação profissional, quanto à formação política por meio dos cursos, oficinas, místicas, rodas de conversa, entre outras ações/ atividades que visam debater as questões que circunscrevem as lutas sociais empreendidas pelo movimento, conforme explicitado no Boletim da Educação nº 08 produzido pelo Setor de Educação do MST em julho de 2001:

Como membros do MST estamos sendo convocados a fazer de cada prática nos acampamentos e assentamentos uma ferramenta para vencer este desafio. Enquanto Setor de Educação estamos especialmente preocupados com nossas escolas. Queremos que avancem na perspectiva de se tornarem verdadeiros lugares de formação humana, de educação da personalidade de novos e antigos militantes das causas do povo. Mas já compreendemos melhor hoje que esta discussão sobre educação não diz respeito apenas à escola e seus educadores; a questão da formação humana é uma questão que se coloca em todas as ações que compõem o cotidiano das famílias Sem Terra. E também já compreendemos que as escolas têm muito a aprender de pedagogia junto ao conjunto de práticas do Movimento. (MST, 2001, p. 3).

A proposta de educação e formação política do movimento se baseia, assim, na articulação entre as práticas vivenciadas no cotidiano de luta, trabalho e ação política, e teorias que fundamentam essas práticas, haja vista que “os Sem Terra se educam, quer dizer, se humanizam e se formam como sujeitos sociais no próprio movimento da luta que diretamente desencadeiam” (CALDART, 2001, p. 213). O MST afirma, de forma sintética,

---

4 Os dados apresentados foram extraídos da página oficial do movimento, [www.mst.org.br/educacao/](http://www.mst.org.br/educacao/).

que seu método educacional se baseia em “uma educação feita pelo povo, com o povo e para o povo” (LIMA, 2019, s/p.), haja vista que

O processo metodológico conecta a realidade vivida no campo com a escolarização e a luta pela terra. Ou seja, as crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, fazem do conhecimento científico uma chave de leitura em torno da sua realidade e, de maneira crítica, pensam ações coletivas que possam melhorá-la. (LIMA, 2019, s/p).

A partir destes elementos, estruturou-se a Pedagogia do Movimento Sem Terra, ampliando-se a ideia de proposta pedagógica ou proposta de educação. Tal pedagogia foi constituída por meio de duas ideias que fundamentam a ação e reflexão do movimento: a primeira refere-se à elaboração de uma pedagogia baseada no movimento enquanto princípio educativo, na maneira como este forma e educa o sujeito social Sem Terra no dia a dia; a segunda ideia é que esta pedagogia é mais do que uma proposta, é uma prática viva, em movimento (MST, 2001).

Caldart (2001) afirma assim que essas ideias, do ponto de vista da reflexão sobre a educação, revelam que existe uma pedagogia que se constitui no movimento da luta social e que uma luta social é mais educativa quando os sujeitos sociais conseguem se colocar no movimento da história. Deste modo, o processo educativo dos Sem Terra se dá na participação direta, enquanto sujeitos, das ações da luta pela terra e de outras lutas sociais que compõem a agenda do MST. É por meio desta participação que os sujeitos e sujeitas se humanizam por um lado por serem incluídos na vida social, espaço que antes era de exclusão; por outro lado pela mudança na postura em relação às possibilidades de mudanças e de inconformidade com o estado das coisas, promovendo assim a formação de um/a sujeito/a emancipador/a.

É a partir desta concepção de formação de novos/as sujeitos/as e na perspectiva dos desafios enfrentados pelo movimento de ajudar “as famílias sem-terra a romper com o processo de desumanização ou de degradação humana a que foram submetidos em sua história de vida” (MST, 2001, p. 21), que compreendo a possibilidade de articulação entre educação e gênero na proposta pedagógica de formação e de agenciamentos das mulheres sem terra. Ao identificar as mulheres e crianças como as principais vítimas da expropriação, exploração e violência nas formações sociais, o MST passou a incorporar as relações de gênero em suas reflexões e no trabalho desenvolvido pelo Setor de Gênero. Desta forma, o movimento parte do pressuposto que a instituição de novas relações sociais remete à busca “do novo homem e a nova mulher enquanto sujeitos com valores humanistas, democráticos e solidários” (ARAÚJO, 2014, p.03), o que implica em uma reconfiguração das relações de gênero.

## 2.1 “Mulher consciente, na luta permanente”: a formação política e o processo educativo das mulheres no MST

No bojo dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, em específico no MST, as mulheres sem terra agenciam diversas formas de resistência e mobilização como as ocupações de terra, a constituição e organização dos assentamentos, as marchas e o diálogo com outros movimentos e articulações. Deste modo, as mulheres sem terra são protagonistas da luta por terra e da luta na terra, já que “constroem e reconstróem estratégias cotidianas de resistências e de fortalecimento de suas identidades” (FARIAS, 2011, p. 94).

Apesar destes agenciamentos, as mulheres sem terra, localizadas em um espaço de exclusão social e política, são marcadas por diversas opressões que se interseccionam em suas trajetórias e identificações. São corpos atravessados pela discriminação de gênero, raça, classe, sexualidade, geração, entre outros marcadores. Inseridas no contexto da reforma agrária e dos movimentos sociais, estas mulheres ainda sofrem a exclusão em termos da participação política, o que impulsiona ações/estratégias que subvertem a lógica excludente e discriminatória no cerne dos movimentos sociais. Deste modo, identifico as novas comunidades constituídas, acampamentos e assentamentos, como um espaço-tempo de possibilidades, assim como de conflitos/contradições pautadas pela reprodução de modelos (FARIAS, 2011).

O que reverbera as considerações de Renata Gonçalves (2009) ao identificar a necessidade de se distinguir os diferentes espaços de participação quando se evoca a presença das mulheres no MST. Para a autora, os espaços principais e mais conhecidos são: a ocupação, onde se colocam muitas vezes na “linha de frente” em um espaço de confrontação e enfrentamento do aparato repressivo do Estado e/ou clandestino (“jagunços”/ milícias); o acampamento, lócus de maior participação política das mulheres e ainda de uma maior igualdade entre homens e mulheres; e o assentamento, espaço de recuo das mulheres à esfera doméstica. A partir disso localiza-se uma certa gradação e hierarquização na participação e protagonismo destas mulheres, análise que se aproxima da abordagem de Gema Esmeraldo (2007) que distingue as inserções das mulheres sem terra de acordo com sua posição de dirigente e/ou militante do movimento<sup>5</sup>.

Neste sentido, percebe-se um distanciamento entre o proposto nos documentos coligidos produzidos pelo movimento<sup>6</sup> e suas práticas cotidianas. Nos documentos reforça-se a necessidade de participação das mulheres nas diversas esferas de atuação e

5 A autora compreende como mulher militante as mulheres que se engajam no MST para participarem de suas lutas, formação, condução e coordenação de ações, sem assumirem cargos de direção. Enquanto que a mulher dirigente refere-se às mulheres que passam pela trajetória de militantes e ocupam cargos de direção nas instâncias locais, regionais, estaduais e/ou nacional.

6 Sobre os referidos documentos, foram analisados: Caderno de Formação nº 15 (1988); Cartilha “A questão da mulher no MST” (1996); Cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero” (1998); Caderno de Formação nº 02 (2000); Boletim da Educação nº 08 (2001); Boletim da Educação nº 09 (2004); Caderno de Educação nº 13 (2005); além de alguns artigos e matérias publicadas no sítio oficial do movimento: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

liderança, assim como a incorporação das questões de gênero e sexualidade, a exemplo do constante no Boletim da Educação nº 09 (2004) ao indicar como uma das principais linhas de atuação do Setor de Educação do MST “prestar atenção às necessidades especiais de educandos portadores de deficiências, às questões de gênero, sexualidade, saúde, ... nas escolas” (MST, 2004, p. 28). Enquanto que na organicidade do movimento existe de um lado, a permanência dos espaços decisórios como espaços predominantemente masculinos, e de outro o não reconhecimento da importância da participação da mulher na construção do movimento por parte de seus dirigentes, como expresso por Esmeraldo (2007) ao afirmar que as mulheres sem terra são compreendidas na homogeneidade da classe trabalhadora, sendo assim, não são reconhecidas as diferenças de sexo/gênero. Para a autora dois sentidos podem ser atribuídos a esta postura dos dirigentes:

Primeiro, de que, num movimento de caráter classista não cabe a visibilidade de um outro sujeito, no caso o sujeito sexuado - a mulher; e, segundo, de que o reconhecimento da ação militante da mulher possa implicar no reconhecimento de interesses diferenciados reivindicados pela mulher, que possam comprometer a unidade, os objetivos e as ações da classe trabalhadora em formação. (ESMERALDO, 2007, p. 04)

Em diálogo com os movimentos feministas e movimentos de mulheres em efervescência desde os anos 70<sup>7</sup>, as mulheres sem terra impõem como parte do debate político do MST a inclusão e participação das mulheres, bem como a problematização das relações de gênero (ESMERALDO, 2007). Assim, algumas demandas propostas por estas mulheres são atendidas no 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Piracicaba, janeiro de 1987) como “estimular a maior participação das mulheres” (MST, 1987, p. 8) como uma das prioridades de trabalho do movimento; a criação nos assentamentos de equipe ou comissão para organização das mulheres; e a instituição no

---

7 A referência é a história ocidental dos feminismos contemporâneos, sistematizada por meio das “ondas feministas” (cf. PINTO, 2003). A primeira onda (da Revolução Francesa ao início do século XX) é marcada pelos movimentos de mulheres reivindicantes do sufrágio feminino e do acesso à cidadania, trabalho e educação, foram assim identificadas como sufragistas. Na segunda onda (1960 – 1990) delinea a construção política e teórica em torno das razões da subordinação da mulher, para tanto, o conceito de gênero é incorporado ao debate feminista visando a desnaturalização/desbiologização dos papéis atribuídos às mulheres e de sua condição de opressão; neste sentido, há a incorporação da luta pelos direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade; emerge ainda nesta onda o questionamento da exclusão de mulheres à margem dos debates feministas, como lésbicas, negras, mulheres de cor e terceiro mundistas . A terceira onda (anos 1990) é marcada por uma pluralização dos feminismos, onde o denominador comum seria a busca pela desconstrução de pensamento categóricos e crítica às narrativas de liberação e vitimização presentes nas ondas anteriores; ocorre ainda um processo de institucionalização das demandas feministas por meio da atuação das organizações não governamentais, dos organismos internacionais e de outras instituições governamentais e da sociedade civil, implicando na disputa por políticas públicas para as mulheres; a atomização dos feminismos e a dispersão das reivindicações impactam em um processo de individualização do feminismo; evidencia ainda a incorporação do conceito de interseccionalidade nas compreensão das múltiplas opressões que atravessam as mulheres, especialmente as mulheres negras . A quarta onda feminista (a partir dos anos 2000) é delimitada pelo ativismo nos meios digitais, assim como a incorporação de outras demandas relacionadas ao corpo, à sexualidade; ainda emerge neste cenário, em uma repaginação dos antifeminismos de outrora, posições que conclamam o pós-feminismo. No que tange o diálogo das mulheres sem terra com os movimentos feministas e movimentos de mulheres, localizamos este nos feminismos latino-americanos que reivindicam no contexto do regime civil militar a democracia e anistia, assim como a luta por melhores condições sociais e econômicas.

calendário de comemorações e mobilizações do movimento, o Dia da Mulher Trabalhadora em 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Nas palavras de Kelli Mafort da Coordenação Nacional do MST e do Setor de Gênero do movimento:

Desde a criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta pela terra: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história.

A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. O conjunto do Movimento foi provocado a se envolver e isso criou as condições para o debate de como construir novas relações de gênero. (MAFORT, 2014, s/p)

A articulação das mulheres é garantida por meio de um capítulo de mesmo nome no documento Normas Gerais do MST em 1989, reunindo as deliberações dos cinco encontros nacionais. São garantidos neste documento o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação e em todas as instâncias de poder e representatividade; o combate a toda e qualquer forma de discriminação contra as mulheres; a luta contra o machismo em todas as manifestações que obstaculizem a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras; o estímulo à organização de mulheres em todos os espaços de atuação do movimento; a formação de uma equipe de mulheres à nível nacional para pensar e propor políticas específicas para a organização das mulheres sem terra; e a elaboração de materiais e publicações para orientar o trabalho específico das mulheres do movimento (ESMERALDO, 2007). Este documento possibilita a criação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST na década de 1990, que se transforma em Setor de Gênero nos anos 2000, assim como a publicação de diversos textos que passam a subsidiar a educação e formação política das mulheres militantes e dirigentes do movimento.

Em meio a conflitos e tensões internas as mulheres sem terra desenvolvem lutas estratégicas para a constituição de novas subjetividades e uma nova condição de ser mulher, articulam alianças com outras mulheres e instituições, bem como elaboram projetos alternativos e de enfrentamento ao capitalismo neoliberal (ESMERALDO, 2007). Assim, o “reconhecimento da necessidade de participação das mulheres no MST é fruto de um processo complexo e contraditório ainda em movimento” (GONÇALVES, 2009, p. 200). Nos meandros das negociações entre as ações e perspectivas das mulheres sem terra em prol do protagonismo e as orientações da Secretaria Nacional do movimento, nos deteremos na análise de como estas reivindicações/conquistas/lutas impactam no projeto de educação e formação política do movimento direcionado às mulheres sem terra por meio dos documentos coligidos, conforme já explicitados anteriormente.

De acordo com Kelli Mafort (2014) por meio da formação das comissões e coletivos do/no MST, previstas nas normas gerais apresentadas acima, as mulheres, em posições

de liderança, começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir dos anos 1990. A permanência de relações assimétricas e hierarquizantes, principalmente nos assentamentos e a pouca representatividade das mulheres na coordenação nacional do MST, impulsionou a ampliação dos debates sobre gênero e participação das mulheres para todo o movimento.

Um dos primeiros esforços de formulação teórica dirigida às mulheres foi produzido em 1988, o Caderno de Formação nº 15, intitulado “A mulher nas diferentes sociedades”. A preocupação central do texto é a de apresentar a presença histórica das mulheres em diferentes sociedades, objetivando “despertar sua atenção para questões que interessam à mulher e toda a classe trabalhadora” (MST, 1988, p. 03). Gislaine da Nóbrega Chaves (2009) afirma que a cartilha corrobora com a intencionalidade do movimento de constituir a mulher militante, politicamente atuante e com consciência de pertencimento à uma determinada classe social. As mulheres são vistas, assim, como componentes da classe trabalhadora ou como elementos da luta coletiva, o que indica uma concepção de gênero subsumida à classe, já que a subordinação das mulheres “não está vinculada à questão sexual, mas sim à questão econômica” (MST, 1988, p. 10). Desta maneira, a participação das mulheres e as questões de gênero vinculavam-se a uma compreensão que a subordinação e opressão das mulheres seria resolvida a partir da luta de classes e na luta pela transformação social, vista como prioritária frente às lutas específicas como a das mulheres.

A primeira cartilha elaborada pelo Coletivo de Mulheres do MST foi lançada em 1996. Intitulada “A questão da mulher e o MST” (1996) apresenta o Plano de Trabalho definido no Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST realizado entre 25 e 28 de maio do mesmo ano. De acordo com o documento, as mulheres enfrentam discriminação nos assentamentos e acampamentos e percebem a necessidade de uma estrutura que viabilize sua participação. Entre os problemas enfrentados apontam para a ausência de representatividade em detrimento do seu pleno envolvimento na luta; o distanciamento entre teoria e prática; e a secundarização do trabalho com/sobre/das mulheres (MST, 1996).

Como causas destes problemas são apontadas a sociedade e a própria estrutura do movimento, onde não há uma compreensão da maioria sobre o problema, já que a “maioria acha que não existe problema” (MST, 1996, p. 03), além disso, denunciam a inexistência de uma estrutura que viabilize a participação das mulheres e a falta de uma formação qualificada para lidar com estas questões. Em um outro viés, responsabilizam as próprias mulheres, na medida que estas têm “medo de enfrentar os problemas” (MST, 1996, p. 03).

Em relação aos avanços, o coletivo avalia que há uma maior conscientização em relação ao problema da discriminação, a preocupação em se debater as questões relacionadas ao gênero na luta de classes e uma maior qualificação na formação das

lideranças mulheres. Porém, apesar dos avanços ressaltam como desafios a necessidade de uma maior compreensão sobre os novos valores/novas relações a serem construídas no cotidiano e como se deve organizar as mulheres dentro do projeto estratégico de luta pela reforma agrária e transformação social. Para tanto, delimitam como tarefas o tratamento da questão de classe e gênero como princípios, a massificação e qualificação da participação das mulheres e uma maior organicidade a esta participação, por meio de uma formação ampliada a todos os sujeitos partícipes da luta pela terra, incorporando os debates sobre gênero e ação das mulheres em todas as instâncias de discussão e deliberação do movimento, para que “todos os setores discutam e encaminhem concretamente a questão de gênero” (MST, 1996, p. 08).

A “questão de gênero” é assumida de forma mais evidente na Cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero” em 1998. A apresentação da coletânea é assinada pelo novo Coletivo Nacional de Gênero, para quem a publicação deve servir de “documento permanente de estudo e aprofundamento entre a militância do MST, para compreendermos e construirmos novas relações de gênero no nosso dia-a-dia” (MST, 1998, p. 05). Porém o principal texto da publicação, “A questão das mulheres no MST”, é assinado pelo antigo Coletivo Nacional de Mulheres MST, em que atribuem como papel das mulheres no MST:

É o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém, do jeito da mulher; ou seja é o papel de atriz política, com sua característica de gênero feminino e de classe trabalhadora e que, por ser assim, é muito mais que estratégia para a resistência nas ações, e muito mais que esposa e mãe, somente. (MST, 1998, p. 48)

Destaca-se ainda no referido texto, a percepção de que os agenciamentos das mulheres se dão também no cotidiano da família, do trabalho e da comunidade e na sensibilidade política para as tomadas de decisões. O coletivo dessa forma amplia a concepção de trabalho político, aproximando-se de questões reverberadas nos movimentos feministas de que o “pessoal é político” (LOURO, 2014) e nas críticas às práticas sexistas de divisão do trabalho e à restrição do que se compreende como militância e trabalho feminino.

Talvez porque a concepção e a prática do que seja “militância”, seja por um lado, daqueles que exercem tarefas nas instâncias de poder e por outro lado, seja excessivamente “masculinizada” e não oferece espaço para que seja militante/mãe/ mulher ao mesmo tempo. Para as companheiras, esta militância as exclui praticamente de toda vida política porque se ela sai para a militância, não só os maridos e os filhos lhe cobram, mas toda a vizinhança, a sociedade... (MST, 1998, p. 49-50).

Neste sentido, Tânia Navarro Swain e Diva Muniz (2005) afirmam que as relações patriarcais e a ausência de políticas públicas provocam uma sobrecarga para as mulheres que passam a assumir, em sua grande maioria, todo o trabalho doméstico, sendo destituídas de tempo livre para desenvolver outras habilidades e capacidades. Assim como evidencia-se a desvalorização do trabalho não remunerado das mulheres, como a reprodução e o cuidado com os filhos, o trabalho doméstico e demais atividades desenvolvidas nas lavouras e “quintais” no espaço rural. Estes não são pensados dentro da lógica da produção e as mulheres não são colocadas como sujeitos políticos.

Ressalta-se ainda no documento o debate sobre as diferenças entre homens e mulheres serem colocadas como obstáculos para o desenvolvimento da luta, o que é contraposto ao apontarem que estes são diferentes, mas politicamente iguais. Assim, as diferenças são pensadas não como um problema, mas como uma potencialidade para a proposta do movimento. Tais questões reverberam na reafirmação da necessidade de que as questões de gênero sejam incorporadas à agenda política do movimento, assim como inseridas na proposta de educação.

Nos anos 2000, o Coletivo Nacional de Mulheres do MST se transforma em Coletivo Nacional de Gênero, tal mudança não é uma mera substituição de nomenclatura, mas a ampliação da perspectiva de análise para que outras questões fossem trabalhadas como as relações de gênero, sexualidade e os assujeitamentos, não apenas de mulheres, mas de outros sujeitos às margens das representações sociais. É lançada no mesmo ano, o Caderno de formação nº 02, intitulada “Mulher Sem Terra”. A cartilha propõe a realização de oito encontros com a proposta de “reunir as companheiras para estudar, debater, enfim, fortalecer a organicidade do MST” (MST, 2000, p. 04). Por meio de oito encontros a serem organizados nos assentamentos e acampamentos, a cartilha pretende fornecer elementos para uma reflexão sobre a realidade e a constituição de uma unidade/ organização das mulheres para a busca por estratégias e alternativas no movimento para uma inserção qualificada na luta pela terra e na busca pelos direitos das mulheres sem terra. A partir de uma linguagem simples, busca-se, a partir das temáticas em cada encontro, explicar as relações de gênero.

De acordo com Gonçalves (2009), a abordagem do conceito de gênero aparece com um distanciamento do essencialismo expresso no “jeito de ser mulher” apresentado no documento anterior. Gênero é concebido na referida cartilha como diferenciado de sexo (característica biológica), passando a ser compreendido como uma construção social e cultural.

No campo teórico, o Setor Nacional de Gênero em vista do processo de formação das mulheres nos cursos e encontros realizados, produz a cartilha “Mulheres Sem Terra lutando e semeando novas relações de gênero” em 2003 e o caderno de textos “Construindo novas relações de gênero: desafiando as relações de poder” em 2005, assim como são socializados textos reflexivos das mulheres militantes. A partir destas publicações se

propõe a ampliação das discussões para além da participação das mulheres, mas na incorporação de todos os sujeitos do MST nas discussões sobre as relações de gênero.

Diante do exposto, compreendemos a partir da leitura de Gema Esmeraldo (2007) que a incorporação do conceito de gênero e a construção de uma política de gênero no MST, estão direcionadas a fornecer elementos para a constituição de processos educativos e formativos acerca das relações entre gêneros, inicialmente com base em uma concepção binária entre homens e mulheres e posteriormente a inclusão de outros sujeitos sexuados. A formação e educação a partir das relações de gênero pretende a compreensão da articulação entre a luta de classe e a luta de gênero, sem que isso implique em fissuras no movimento.

Sendo assim, as mulheres sem terra constroem novas subjetivações no processo de formação política e educação a partir das ações no cerne do movimento. A partir destes documentos é possível identificar a constituição de reflexões acerca da condição das mulheres em face da luta pela terra, assim como estão posicionadas nas relações de gênero e de classe. Em todos os documentos coligidos é presente a constante reafirmação da localização destas mulheres no jogo político estabelecido pelo MST, o que implica afirmar que não se estabelece um movimento à parte de mulheres sem terra, mas estas criam elementos para a significação de suas práticas e vivências no interior destas lutas.

Deste modo, estas mulheres ressignificam seu ingresso como mães, esposas ou filhas, muitas vezes ocupando papéis secundários, dentro de um movimento que reflete a lógica da cultura patriarcal. De mulheres que acompanham maridos, filhos e pais para a terra, elas se tornam protagonistas da luta pela terra e das diversas frentes de atuação e trabalho em suas comunidades e no movimento. Esse processo de autoconscientização se dá principalmente no âmbito do movimento, enquanto princípio educativo, e nos diversos espaços educativos e de formação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Movimentos Sociais**: questões de gênero e educação na experiência do MST. Salvador, 2014. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Movimentos%20sociais%20-%20quest%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20experi%C3%Aancia%20do%20MST%20-%20Djacira%20Maria%20de%20Oliveira%20Araujo%20-%202014.pdf>. Acesso em 05/11/2019.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>>. Acesso em 03/06/2019.

CHAVES, Gislaíne da Nóbrega. **O conceito de gênero no MST: um estudo da sua produção escrita**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. **Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife – PE, 29 de maio a 01 de junho de 2007. Disponível em [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=search\\_result&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=171).

FARIAS, Marisa de Fátima Lombas de. A vida-travessia de mulheres assentadas rurais. **Retratos de Assentamentos**, vol. 14, n. 01, pp. 93-114, jan-jun. 2011. Disponível em <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/issue/view/6/showToc>. Acesso em 20/03/2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. **Revista NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 1, ano 1, pp. 02-44, 1998.

GONÇALVES, Renata. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**, Londrina, vol. 14, n.2, p. 198-216, jul./dez. 2009. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514>. Acesso em 10/10/2019.

LIMA, Wesley. Estudar, Sorrir e Lutar! Com base na história, cultura, organização coletiva e no trabalho, escolas no campo constroem experiências que formam sujeitos. **MST**, 21 de maio de 2019. Disponível em <http://www.mst.org.br/2019/05/21/estudar-sorrir-e-lutar.html>. Acesso em 07/11/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAFORT, Kelli. Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento. **MST**, 31 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento.html>. Acesso em 04/08/2019.

MST. **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, c2014. Link Educação. Disponível em <http://www.mst.org.br/educacao/>. Acesso em 07/11/2019.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Formação nº 12: 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Piracicaba - SP, janeiro de 1987. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Educação nº 15: A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1988. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. Coletivo Nacional de Mulheres MST. **Cartilha: A questão da mulher e o MST**. São Paulo: MST, junho de 1996. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. Coletivo Nacional de Mulheres MST. **Cartilha: Conhecer e construir as novas relações de gênero**. 2ª ed. São Paulo: Anca, novembro de 1998. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. Coletivo Nacional de Gênero do MST. **Caderno de Formação nº 02: Mulher Sem Terra**. São Paulo: MST, 2000.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Educação nº 08: Pedagogia do Movimento Sem Terra: Acompanhamento às Escolas**. MST Setor de Educação; Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, julho de 2001. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Educação nº 09: Educação no MST: Balanço 20 anos.** MST Setor de Educação, novembro de 2003. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Educação nº 13: Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990 – 2001.** Edição Especial. MST Setor de Educação; Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, agosto de 2005. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em 07/10/2019.

PAVAN, Dulcinéia. O caminho feminino para a reforma agrária. **Revista NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, n. 3, ano 3, pp. 28-44, 2000. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/139>>. Acesso em 06/09/2019.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa.** Goiânia: UFG, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, vol. 08, n. 36, pp. 15-23, jun. 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003). Acesso em 10/10/2019.

SWAIN, Tânia Navarro. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas.** Florianópolis: Ed. das Mulheres; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005, p. 15-30.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44  
Análise da Teoria Quântica 103  
APENOPE 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72  
Associação Cruzeiro Jaguareense 47, 48, 51, 59

### B

Benedeiras 74, 75, 76, 78, 79

### C

Chapecó/SC 74, 75  
Conflitos agrários 92  
Curandeiras 74, 75, 76, 78, 79

### D

Desapropriação de Terras 92, 96, 99

### E

Experiências 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 32, 35, 62, 65, 67, 70, 72, 80, 82, 83, 84, 88, 102, 140, 142, 145, 158, 159, 169  
Experimento das Duas Fendas 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 116

### F

Fontes orais 74, 75, 76, 77, 79  
Formação de Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16  
Formações discursivas 80, 86

### G

Goiás 4, 5, 6, 7, 1, 7, 33, 39, 63, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 157, 159, 196  
Golpe 17, 63, 176

### H

História 2, 11, 16, 25, 30, 35, 47, 48, 53, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 123, 124, 129, 131, 134, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 189, 190, 192, 193, 196

História da Educação 73, 80, 82, 83, 84, 90, 91

História do Processo de Escolarização 80, 81, 84, 85, 88, 89

## I

Interação 1, 3, 7, 10, 33, 34, 41, 43, 44, 53, 109, 111, 114, 115, 133, 192

## J

Jaguarão 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61

## L

Libras 33, 34, 37, 43, 44, 124

Lógica 23, 24, 27, 29, 87, 95, 103, 105, 107, 108, 110, 115, 116, 144, 162, 167, 168

Lutas 22, 36, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169

## M

Memória 47, 52, 59, 71, 73, 76, 91, 108, 121, 123, 125, 127, 130, 131, 151, 183, 184, 185, 189, 190, 194, 195

Mercado de trabalho 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 147

## P

Patrimônio cultural 47

Política de Saúde Mental 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 29, 30

Problema da Medição 103, 105, 106, 108, 110, 114, 116

## R

Racismo 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 156

Residência pedagógica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16

## S

Sistemas de Informação Geográfica 74, 75, 77, 79

Surdez 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45

## T

Terras devolutas 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102



*Sentidos e Sujeitos:  
Elementos que dão  
Consistência à História*

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 





*Sentidos e Sujeitos:  
Elementos que dão  
Consistência à História*

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

